



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Nº 14/2021 QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E A  
EMPRESA JC SIGMA GEOLOGIA E MINERACAO LTDA**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na avenida Professor Moraes Rego, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representado pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 8 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1, de 10.10.2019, inscrito no CPF 419.720.744-15, portador da Carteira de Identidade nº 2.680.490 SSP/PE, doravante denominada CONTRATANTE, e a JC SIGMA GEOLOGIA E MINERACAO LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.574.252/0001-36, sediada na Praça Doutor Sérgio Magalhães, nº 836, 1º Andar, Sala 02, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada/PE, CEP: 56.903-415, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jacinto Alves de Carvalho Neto, Sócio Administrador, portador da Carteira de Identidade nº 1.243.823, expedida pela SSP/PE, e CPF nº 187.673.384-53, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.033100/2019-52 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 28/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de contratação de serviços de empresa especializada para a prestação de serviço comum de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, LIMPEZA E DESENVOLVIMENTO DE POÇOS TUBULARES, MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS E REGISTROS HIDRÁULICOS para o campus Recife da UFPE (Núcleo de TV e Rádio, Departamento de Extensão Cultural, memorial de Medicina e Centro de Ciências Jurídicas CCJ, SUDENE), incluindo mão de obra, material, Equipamento de Proteção Individual e Coletivo, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 15/04/21 e encerramento em 15/04/22, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

P

ambl

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

- 3.1 O valor total da contratação é de R\$ R\$ 505.596,46 (quinhentos e cinco mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, conforme LDO nº 14.116/2020, DOU 31.12.2020, Edição 250-F, Seção 1, Extra F, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15233 / 153095

Fonte: Tesouro / Próprio

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco.

Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 15 do Termo de Referência (ANEXO I) e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

- 6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas nos itens 16 e 17 do Termo de Referência (ANEXO I).

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do item 18 do Termo de Referência (ANEXO I).

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência (ANEXO I).

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos itens 9 e 10 do Termo de Referência (ANEXO I).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas item 19 do Termo de Referência (ANEXO I).

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993,

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glórias e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Pernambuco - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Recife, 15 de abril de 2021.

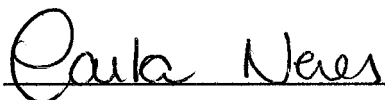
  
CONTRATANTE

Prof. Alfredo Macedo Gomes  
Reitor  
RG nº 2.680.490 SSP/PE

  
CONTRATADA

Sr. Jacinto Alves de Carvalho Neto  
Sócio Administrador  
RG nº 1.243.823 SSP/PE

### TESTEMUNHAS:

1ª 

CPF Nº 04972187476

2ª \_\_\_\_\_

CPF Nº \_\_\_\_\_

Anexos do Termo de Contrato

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Proposta da Empresa.

**ANEXO I DO CONTRATO**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**  
PREGÃO Nº ...../20...  
(Processo Administrativo n.º **23076.033100/2019-52**)

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço comum de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, LIMPEZA E DESENVOLVIMENTO DE POÇOS TUBULARES, MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS E REGISTROS HIDRÁULICOS** para o campus Recife da UFPE (Núcleo de TV e Rádio, Departamento de Extensão Cultural, memorial de Medicina e Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, SUDENE), incluindo mão de obra, material, Equipamento de Proteção Individual e Coletivo, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento e no **ANEXO II** deste termo de referência:

GRUPO	ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade e de Serviço Anual	Valor unitário Máximo Aceitável	Valor total Máximo Aceitável
01	1	24570	Serviço de manutenção de bombas submersas dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Unidade	36	R\$4.854,00	R\$174.744,00
	2	24570	Serviço de manutenção dos Registros que compõem a rede do Campus Recife da UFPE	Unidade	120	R\$733,33	R\$87.999,60
	3	24570	Serviços de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Unidade	36	R\$5.843,33	R\$210.359,88
	4	24570	Serviços de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Unidade	6	R\$6.266,67	R\$37.600,02

1.2. Cada um dos quatro itens da licitação, descritos nos quadro acima, já contempla os serviços de manutenção preventiva e corretiva que forem necessários ao longo da contratação.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Manutenção de Poços Tubulares, Bombas Submersas e Registros Hidráulicos.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

**1.5.** A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço Unitário.

- 1.6.** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.** A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, anexo I deste Termo de Referência.
- 2.2.** Os serviços irão impactar na melhoria de qualidade da água, no aumento da vida útil das bombas submersas e de todos os equipamentos instalados na rede de abastecimento, inclusive tubulação de recalque; no aumento da capacidade de produção dos poços; no aumento da eficiência do sistema de abastecimento e diminuição de seus custos operacionais; no atendimento às exigências das Agências Reguladoras Ambientais (CPRH e APAC); na atualização dos parâmetros hidrodinâmicos.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1.** A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no item 8 dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência, abrange a prestação do serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva, Limpeza e Desenvolvimento de Poços Tubulares, Manutenção de Bombas Submersas e Registros Hidráulicos do campus Recife da UFPE, para manter a qualidade no abastecimento de água dos prédios do campus, contemplando as especificações constantes no Anexo II deste TR.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1.** Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1.** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**5.1.1.** Os licitantes deverão apresentar:

- 5.1.1.1** Certificado ou Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional Competente (CREA) emitido na proposta, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) e de acordo com o art. 23 da lei 2.914/2011 a empresa deve contar com profissional técnico especializado para esse fim.
- 5.1.1.2** Responsável técnico da Empresa, sendo ele:

- 5.1.1.2.1 Geólogo devidamente registrado no Conselho de Classe Competente, de acordo com as exigências da lei nº 2.914/2011.
- 5.1.1.2.2 Engenheiro Mecânico devidamente registrado no Conselho de Classe Competente, de acordo com as exigências da lei nº 2.914/2011.
- 5.1.1.2.3 Ambos os profissionais deverão apresentar comprovante de vínculo com a licitante.
- 5.1.1.4. Comprovação de experiência mínima com os quantitativos estipulados no objeto com empresas públicas ou privadas nos últimos 3 anos.
- 5.1.2. Trata-se de serviço caracterizado como de natureza continuada, pois há a necessidade do atendimento de forma contínua, visando evitar um abastecimento de água inadequada ao consumo humano ou até uma paralização do abastecimento pela falta de manutenção das bombas.
- 5.1.3. Deverão ser respeitados os seguintes critérios de sustentabilidade, previstos no artigo 4º, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:
  - 5.1.3.4. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
  - 5.1.3.5. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
  - 5.1.3.6. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
  - 5.1.3.7. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 5.1.4. O prazo inicial de duração do contrato é o previsto no item 1.6 deste TR.
- 5.1.5. Em virtude da natureza comum, que não requer maiores especificidades na prestação do serviço, não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
- 5.1.6. As soluções de mercado estão identificadas no item 7 do estudo preliminar.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3.** As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.**

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor da Diretoria de Gestão Ambiental da SINFRA designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (81)2126-8076, podendo sua realização ser comprovada por:
- 6.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou
  - 6.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. O serviço de manutenção preventiva e corretiva dos poços tubulares, bombas submersas e registros hidráulicos na UFPE está sob a responsabilidade da Estação de Tratamento de Água da UFPE/DGA, que fará a gestão e fiscalização dos serviços bem como a emissão das Ordens de Serviço (Modelo no anexo III), com a requisição dos serviços de manutenção preventiva de forma bimestral para garantir o perfeito abastecimento das suas unidades acadêmicas e administrativas conforme estipulado no Estudo Preliminar;
- 7.1.2. A Fornecedora, atendendo às ordens de serviço emitidas, disponibilizará equipe de profissionais devidamente adequados para a manutenção preventiva dos poços tubulares, bombas submersas e registros hidráulicos, conforme a legislação vigente;
- 7.1.3. A manutenção corretiva ocorrerá por demanda, à medida que surjam falhas nos equipamentos mantidos pela contratada;
- 7.1.4. A manutenção preventiva dos poços tubulares, bombas submersas e registros hidráulicos ocorrerá de forma bimestral de acordo com as especificações dos serviços descritas abaixo:

### **Item 1: Serviço bimestrais de manutenção de bombas submersas**

Especificação dos serviços de manutenção das bombas submersas:

- Transporte e montagem dos andaimes e equipamentos para retirada da bomba submersa do poço, como também, de compressor para injeção de ar;
- Retirada da tubulação adutora, cabos elétricos e bombas submersas;
- Limpeza e inspeção da tubulação adutora, conexões, cabos elétricos e eletrodos de nível;
- Manutenção e limpeza das bombas submersas, inclusive com substituição de peças danificadas ou desgastadas.
- Disponibilização nas dependências da ETA de todos os equipamentos para efetuação das manutenções dos poços, tais como: Andaimes, compressores de ar e demais apetrechos;
- Disponibilização de uma bomba submersa reserva para todos os 06 (seis) poços.

**Item 2:** Serviço bimestrais de manutenção dos Registros que compõem a rede do Campus Recife da UFPE.

Segue abaixo a caracterização do serviço:

1. Troca dos anéis de vedação de borracha;
2. Desmontagem e limpeza interna com remoção de crostas oxidadas, incluindo lubrificação;
3. Pintura com tinta anticorrosiva e pintura de acabamento.

**Item 3:** Serviços bimestrais de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE

Segue abaixo a caracterização do item 01:

- Colocação de tubulação de diâmetro de ½ polegada e difusor até o fundo do poço, para injetar ar comprimido;
- Colocação de tubulação de diâmetro de ½ polegada para admissão de água para limpeza do poço (sistema air fit); - Fornecimento e colocação de hexametáfosfato no poço com função dispersante para limpeza de argilas e desobstrução dos filtros;
- Homogeneização com circulação de solução de hexametáfosfato (bombeamento e introdução do próprio poço) - Bombeamento com compressor de ar, com duração mínima de 12 horas e até que a água bombeada apresente-se livre de areia ou turbidez;
- Colocação de solução de hipoclorito de sódio para esterilização do poço;
- Recolocação da bomba submersa, após manutenção da tubulação adutora, dos cabos elétricos e eletrodos de nível;
- Bombeamento com a bomba submersa para eliminação de solução de hipoclorito de sódio e verificação dos parâmetros hidrodinâmicos do poço (Vazão, nível estático, nível dinâmico e vazão específica).
- Desmobilização das instalações preparadas para a execução dos serviços;
- Elaboração de relatório técnico com registro fotográfico de todas as etapas dos trabalhos realizados.
- Controle de consumo diário por poço, com planilha e documentação fotográfica;
- Controle dos parâmetros elétricos do equipamento de bombeio com planilhas bi semanais.
- Retirada e manutenção das licenças ambientais para todos os poços junto a CPRH e APAC.

**Item 4:** Serviços bimestrais de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços tubulares do campus Recife da UFPE e demais especificações.

Os procedimentos de execução dos testes de bombeamento escalonado e contínuo têm por finalidade medir as características hidrodinâmicas dos poços de acordo com a norma ABNT 12244 como segue abaixo:

#### **Teste de Bombeamento Escalonado**

- Poço paralisado no mínimo 12 horas antes da realização dos testes;
- Utilizar neste teste 04 (quatro) vezes sempre crescente e para cada vazão bombear o poço por 01 (uma) hora fazendo medições e anotações dos níveis da água;
- Medição do nível estático do poço;
- Determinação da melhor vazão para o teste contínuo. Teste de Bombeamento Contínuo;
- Medição do nível estático;
- Duração de 24 (vinte e quatro) horas;
- Anotação dos níveis de rebaixamento;
- Após o teste de 24 (vinte e quatro) horas fazer a medição da recuperação do nível da água do poço;
- Utilizar apenas uma vazão neste teste.

Por manutenção corretiva, caracterizamos os serviços de retirada, análise dos danos, conserto e reinstalação da mesma no respectivo poço. Com isso, a probabilidade de incremento de problemas de danos causados a comunidade da universidade diminui drasticamente. Estando contemplada no escopo de todos os itens da contratação.

- 7.2. A execução dos serviços será iniciada do recebimento da Ordem de Serviço (modelo do Anexo III).
- 7.3. O serviço objeto da presente licitação será realizado entre as 8:00h e 17:00h, no horário a ser definido juntamente entre contratada e contratante. As solicitações serão feitas mediante ordem de serviços.
- 7.4. A execução dos serviços deverá levar em conta os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Anexo VII).
- 7.5. Não será admitida a subcontratação, conforme item 11 deste TR;
- 7.6. Não será admitida a participação de empresas em consórcio.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

**8.1.** A gestão do Contrato será acompanhada pelo servidor José Iranildo Barbosa Sales da Silva, SIAPE 1830132, e-mail iranildo.sales2@gmail.com, e em substituição pelo servidor André Felipe Pereira de Souza Brito, SIAPE 1908586, e-mail: andre.felipebrito@gmail.com lotados na Diretoria de Gestão Ambiental da SINFRA (telefone: 81 2126-8076).

**8.2.** Caberá ao Gestor:

- a. Atuar junto à Fornecedora, de modo a garantir o cumprimento do contrato de acordo com o Termo de Referência, com as propostas e demais elementos constitutivos do processo licitatório;
- b. Solicitar à Fornecedora ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;
- c. Planejar a execução dos serviços vinculados ao Contrato de modo que a prestação do serviço seja otimizada;
- d. Emitir a Ordem de Serviços para início da execução dos serviços, acompanhada de Nota de Empenho;
- e. Emitir as Ordens de Serviço especificando a quantidade do serviço, o tipo do serviço e os locais específicos de execução, vinculando-as necessariamente a uma Nota de Empenho e ao contrato;
- f. Recomendar à administração a aplicação das sanções previstas em Contrato que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento, pela fornecedora, das obrigações assumidas;
- g. Encaminhar para a fatura dos serviços para fins de pagamento após recebimento do fiscal técnico e administrativo;
- h. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades do Contrato, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- i. Analisar os relatórios e livro de ocorrências contendo as solicitações e apontamentos dos fiscais;
- j. Exigir da Empresa Prestadora dos serviços a correção das falhas verificadas;
- k. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais;
- l. Solicitar parecer técnico, contábil ou jurídico a administração quando necessário;
- m. Dar recebimento aos serviços executados, em forma de relatório ou termo circunstanciado, atestar e liberar a fatura (nota fiscal) para pagamento após o recebimento da fiscalização técnica e administrativa e a verificação dos itens cabíveis a gestão.

8.3. Visando a evitar descontinuidades na execução dos serviços prestados, bem como atrasos na correção de eventuais falhas, as comunicações a serem estabelecidas entre a UFPE e a empresa contratada, por meio do preposto designado, dar-se-á preferencialmente por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (Artigo 44, § 2º, da IN SEGES/MP nº 05/2017).

8.4. O pagamento será efetuado conforme itens 14 e 15 deste Termo de Referência;

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.23. Apresentar as **ARTs** (Anotações de Responsabilidade Técnica) no valor global da contratação, no prazo máximo de 10 dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço;

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. O serviço terá o acompanhamento e fiscalização de sua execução, através da servidora: Maria das Graças Mendes da Silva, CPF 415.402.124-91, email [mgracasmendes@gmail.com](mailto:mgracasmendes@gmail.com), telefone 2126-8076, lotada na Superintendência de Infraestrutura – Diretoria de Gestão Ambiental – Gerência de Recursos Hídricos. E em substituição pelo servidor Antônio Avelino de Maria SIAPE 1133490, CPF 394.518.954-34, email [antonio.avelino@gmail.com](mailto:antonio.avelino@gmail.com), telefone 2126-8076, lotado na Superintendência de Infraestrutura – Diretoria de Gestão Ambiental – Gerência de Recursos Hídricos.
- 13.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 13.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.10.1.A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.18.1.A averiguação dos testes de bombeamento escalonado e contínuo.;

13.18.2.Checagem da retirada da bomba submersa para manutenção;

13.18.3.Verificação dos testes de vazão.

13.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

14.3.1.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.4. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **15. DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.4.1. o prazo de validade;
  - 15.4.2. a data da emissão;
  - 15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 15.4.4. o período de prestação dos serviços;
  - 15.4.5. o valor a pagar; e
  - 15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 15.6.1. não produziu os resultados acordados;
  - 15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de

interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15.17. Fica a liberação do pagamento da fatura, condicionada à efetiva entrega da ART (Anotações de Responsabilidade Técnica), devidamente registradas junto ao CREA/PE, quitada, relativas ao objeto contratado.

## 16. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

- 17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **18. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 18.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 18.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 18.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 18.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 18.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 18.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 18.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12 Será considerada extinta a garantia:

18.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

- a. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- b. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- e. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

- a. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato*
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato*
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato*
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato*

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato*
---	---

\* O valor mensal do contrato será obtido da divisão do valor global por 12.

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

- 19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1. Comprovação de Licença Ambiental emitida na proposta pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade - (original ou cópia autenticada);
- 20.3.2. Certificado ou Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional Competente (CREA) emitido na proposta, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) e de acordo com o art. 23 da lei 2.914/2011 a empresa deve contar com profissional técnico especializado para esse fim.
- 20.3.3. Designação de Responsável (is) técnico (s) da Empresa, sendo ele(s):
- a. Geólogo devidamente registrado no Conselho de Classe Competente, de acordo com as exigências da lei nº 2.914/2011; e
- b. Engenheiro Mecânico devidamente registrado no Conselho de Classe Competente, de acordo com as exigências da lei nº 2.914/2011.
- 20.3.3.1. a designação deverá ser firmada pelo representante legal do licitante e deve conter a concordância do(s) designado(s);
- 20.3.3.2. o(s) nome(s) do(s) profissional(is) designado(s) responsável(is) técnico(s) deve(m) constar obrigatoriamente da certidão de registro da licitante perante o CREA. Em se tratando de prestador de serviço apresentar o seu registro atualizado perante o CREA, se for o caso;
- 20.3.3.3. entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente:
- i. profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da licitação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
- ii. prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
- iii. empregado;
- iv. sócio;
- v. diretor.
- 20.3.3.4. a comprovação de vinculação do(s) profissional(is) detentor(es) da(s) certidão(ões) de acervo técnico, além do exigido no c.2, far-se-á por meio dos seguintes documentos:
- i. profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- ii. Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- iii. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- iv. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;

v. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ 510.703,50 (quinhentos e dez mil setecentos e três reais e cinquenta centavos).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21.7. Não há margem de preferência aplicável ao objeto.

## **22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 510.703,50 (quinhentos e dez mil setecentos e três reais e cinquenta centavos).

21.2. Conforme estudos preliminares, o valor estimado foi obtido a partir de 3 preços coletados junto ao mercado, tendo em vista as especificidades técnicas do objeto, o que inviabilizou a obtenção de preços públicos, pois não foram identificadas outras contratações com objetos semelhantes.

21.3. A pesquisa de preço com fornecedores é admitida pelo inciso IV do artigo 2º da IN 73/2020 da SEGES/ME.

## **23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

23.1. Os recursos para atender às despesas decorrentes do certame são provenientes de Programas de Trabalho nº 12364208020RK0026 – Funcionamento das Instituições Federais Ensino Superior no Estado de Pernambuco; LOA 2020 – Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 - Publicada no DOU de 20.1.2019. Fonte de Recursos: Tesouro; Elemento de Despesa 33.90.39 alocados na Pró- Reitoria Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN.

Recife, 22 de dezembro de 2020.

**Manoel Heleno de Castro**

SIAPE 1748801

Diretoria de Gestão Ambiental – SINFRA

**Daniela Lira Tavares**

SIAPE 2085433

Coordenação Administrativa e Financeira

**Rosenildo Muniz da Silva**

SIAPE 1134465

Responsável Técnico

## **Aprovo o Termo de Referência**

---

Carlos Henrique Lopes Falcão  
Superintendente de Infraestrutura

## **Autorizo a abertura da Licitação:**

---

PROF. ALFREDO MACEDO GOMES  
SIAPE 1171268  
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco

## **ANEXOS**

Anexo I – Estudo Preliminar  
Anexo II – Especificação Técnica do serviço  
Anexo III – Modelo de Ordem de Serviço  
Anexo IV a – Declaração de Conhecimento do Objeto  
Anexo IV b – Modelo de Atestado de Vistoria  
Anexo V – Designação de Responsável Técnico  
Anexo VI – Modelo de Proposta  
Anexo VII - Instrumento de Medição de Resultado – IMR

# Estudo Técnico Preliminar 2/2020

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.033100/2019-52

## 2. Objeto / Objetivo

Trata-se de estudos preliminares referentes à contratação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva, limpeza e desenvolvimento de poços tubulares, manutenção de bombas submersas e registros hidráulicos para o Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

## 3. Referência Legal

(i) O Decreto-Lei nº 200/1967 (art. 6º, I), de forma inaugural, determinou o planejamento como um dos princípios fundamentais aos quais as atividades da Administração Federal deveriam se subordinar, bem como a ampla descentralização da execução das atividades da Administração Federal (art. 10);

(ii) Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: como Normativo Geral das Licitações e Contratos, aplicar-se-á subsidiariamente às diversas fases da contratação, sobretudo se considerarmos que muitas de suas regras já se encontram incorporadas aos diplomas legais posteriores que versam sobre o tema, aqui elencados;

(iii) Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002: Institui modalidade licitatória denominada pregão para bens e serviços comuns, definindo-os como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (Art. 1º, parágrafo único), conceito ratificado pelo art. 14 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Entende-se que a definição de serviço comum cabe ao objeto contratual, pois analisando-o concretamente, verifica-se se tratar de serviço facilmente executado pelo mercado. Afirma Erthal de Carvalho: “a pertinência ou não da adoção do pregão está diretamente vinculada aos padrões de mercado em que se insere determinado bem ou serviço”, implicando que a escolha da proposta mais vantajosa ocorra com base tão somente no preço ofertado;

(iv) Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019: Regulamenta a licitação na modalidade de pregão eletrônico, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluindo os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

(v) A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010: Trata-se de Instrumento Legal que dispõe os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, regulamentando, tardiamente, o exigido pelo artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. As práticas de sustentabilidade a serem exigidas em editais licitatórios para a contratação de serviços, como no presente caso, são as previstas no artigo 6º da referida IN. Ressalte-se, no entanto, que se trata de uma lista exemplificativa, não exaustiva, o que implica dizer que outras práticas podem ser previstas no Termo de Referência a ser elaborado, desde que guarde pertinência com o objeto a ser licitado e esteja em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. De modo a evitar que as práticas de sustentabilidade a serem exigidas no TR sejam menosprezadas ao longo da execução contratual, recomenda-se penalizar a não observância com multas mensuradas em significativos graus de gravidade.

(vi) A Instrução Normativa nº 73/2020 que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

(vii) A Instrução Normativa nº 05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

(ix) A Portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde, dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

(x) Lei nº 11.427/1997 e seu Decreto nº 20.423/1998, dispendo sobre o uso da água subterrânea no Estado de Pernambuco, regulamentação que normatiza a exploração dos aquíferos e a manutenção preventiva de poços artesianos.

(xi) Resolução nº 01/2010, de 31 de março de 2010, do CRH/PE, sobre a obrigatoriedade de realização de manutenção preventiva de poços tubulares com elaboração e apresentação de relatório técnico por formulário padrão.

(xii) A Instrução Normativa nº 40/2020 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

## 4. Descrição da necessidade

4.1. O campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco, atualmente possui 431.122,67 m<sup>2</sup> de área construída e 943.866,98 m<sup>2</sup> de áreas externas. Os números da UFPE de discentes, docentes e técnico-administrativos, são:

32.440 alunos nos cursos de graduação;

4.135 alunos nos cursos de mestrado acadêmico; 440 alunos em mestrados profissionais;

3.823 alunos em doutorados;

1.500 alunos nos cursos de especialização;

430 alunos do Colégio de Aplicação (ensino fundamental e médio); 2.834 professores;

58 professores do Colégio de Aplicação; 4.184 servidores técnico-administrativos.

Totalizando um quantitativo populacional médio de 49.844 indivíduos circulando dentro do Campus Recife da UFPE.

Além desse contingente, a instituição recebe diariamente, um grande número de visitantes em suas instalações.

4.2. O Campus Reitor Joaquim Amazonas (Recife) tem um sistema misto de abastecimento de água, contando com um sistema próprio de abastecimento e tratamento de água através da ETA e outro da rede pública COMPESA.

4.3. Além disso, o sistema de abastecimento da universidade conta com reservatórios que totalizam uma capacidade de armazenamento de 8.927.177 litros de água ou 8.927,18 m<sup>3</sup> distribuídos em 53 reservatórios no Campus Recife (Reitor Joaquim Amazonas), Faculdade de Direito do Recife, Núcleo de TV e Rádio Universitária.

4.4. Com isso, a demanda hídrica do Campus é consideravelmente grande e, portanto, necessita de fontes de abastecimento com capacidades hídricas condizentes com as necessidades do Campus Recife da UFPE. Atualmente, o Campus Recife é abastecido por 6 (seis) poços tubulares profundos caracterizados por: CTG 01, CTG 02, CTG 03, HC 01, CCEN e CTG 04, que possuem vazões potenciais respectivamente de 25m<sup>3</sup>/h, 14m<sup>3</sup>/h, 4m<sup>3</sup>/h, 10,4m<sup>3</sup>/h, 6m<sup>3</sup>/h e 3m<sup>3</sup>/h. Essas demandas individuais formam o conglomerado de oferta hídrica do Campus Recife da UFPE e necessitam ser mantidas de forma a atender a demanda latentemente alta dos centros que compõem o Campus Recife.

4.5. Os serviços irão impactar na melhoria de qualidade da água, no aumento da vida útil das bombas submersas e de todos os equipamentos instalados na rede de abastecimento, inclusive tubulação de recalque; no aumento da capacidade de produção dos poços; no aumento da eficiência do sistema de abastecimento e diminuição de seus custos operacionais; no atendimento às exigências das Agências Reguladoras Ambientais (CPRH e APAC); na atualização dos parâmetros hidrodinâmicos.

4.6. Para tal manutenção da oferta hídrica para o Campus Recife são necessários serviços de manutenção periódica preventiva evitando desgaste nas estruturas que compõem essas unidades de sucção e possibilidades de perda ou até mesmo falta no abastecimento de água, bem como manutenções corretivas visando sanar eventuais danos capazes de comprometer o regular funcionamento da Estação de Tratamento de Água da UFPE.

4.7. Os serviços atenderão as seguintes necessidades:

1. Limpeza e desenvolvimento dos poços tubulares da UFPE, proporcionando o fornecimento de água em padrões adequados de potabilidade à comunidade universitária;

2. Manutenção de suas bombas submersas, necessária devido à qualidade química das águas dos poços tubulares da UFPE, que são ricas em teor de ferro provocando desgastes nos equipamentos de bombeio, além de promover incrustações nos filtros, impactando na eficiência do poço. É recomendado que os trabalhos de manutenção sejam realizados semestralmente.

3. Testes de bombeamento escalonado e contínuo para atender a legislação vigente. Com o teste de bombeamento escalonado e contínuo, temos condições de determinar uma melhor vazão de exploração, isso vem a refletir na durabilidade e aproveitamento técnico e econômico do poço.

4. Atendimento à legislação vigente de cadastramento dos poços tubulares, junto ao órgão ambiental, Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos – CPRH, bem como da documentação de outorga dos mesmos junto a Agência Pernambucana de Água e Clima – APAC, com validade de cinco anos, que exige para cada poço, o Teste de Vazão conforme Decreto Regulador 20.423/98 e a resolução 01/2009 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Para que possamos renovar anualmente, a Licença de Operação (LO) destes poços.

4.8. Com isso, a probabilidade de incremento de problemas de danos causados à comunidade da universidade diminui drasticamente.

4.9. A periodicidade dos serviços de manutenção preventiva dos seis poços tubulares no contrato nº 143/2014 foi de seis meses. Porém, devido à alta demanda e consequente pressão na rede das vazões de cada poço, percebeu-se que o quantitativo de manutenções se tornou ineficaz. Essa ineficiência na periodicidade de manutenções pode ser verificada nas solicitações feitas pela Gerência de Recursos Hídricos à empresa de manutenção de poços do contrato anterior de reparos e consertos emergenciais.

4.10. Em análise de outras contratações realizadas por outros órgãos públicos foi verificada a manutenção periódica mensal, porém acreditamos não ser necessária tal periodicidade. Em nosso estudo

de demanda dos últimos cinco anos, chegamos à conclusão da necessidade de manutenção bimestral dos seis poços, garantindo assim a manutenção da oferta para o Campus Recife da UFPE, sem a necessidade de interrupções no fluxo de abastecimento e nem onerações financeiras à UFPE, pela necessidade de contratação emergencial para reparo dos poços artesianos e de suas respectivas bombas.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Recursos Hídricos da Diretoria de Gestão Ambiental da Superintendência de Infraestrutura da Universidade Federal de Pernambuco	Manoel Heleno de Castro

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. O edital licitatório conterá as regras para participação no certame eletrônico, dentre elas:

6.1.1. Os serviços deverão ser prestados nos 06 poços do campus Recife da UFPE, em periodicidade bimestral, para os itens 1, 2 e 4, e anual para o item 3, conforme discriminado na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade de Serviço Anual
1	Serviço de manutenção de suas bombas submersas dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Serviço	36
2	Serviço de manutenção dos Registros que compõem a rede do Campus Recife da UFPE	Serviço	120
3	Serviços de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Serviço	36
4			

	Serviços de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Serviço	6
--	--	---------	---

6.1.2. Os licitantes deverão apresentar Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6.1.3.O Termo de Referência e o edital licitatório elencarão a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, bem como o modo, a forma e o momento do certame em que deverá ser apresentada.

6.1.4. Deve-se exigir, ainda, dos licitantes:

6.1.5.Comprovação de Licença Ambiental emitida na proposta pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade - (original ou cópia autenticada);

6.1.6.Certificado ou Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional Competente (CREA) emitido na proposta, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) e de acordo com o art. 23 da lei 2.914/2011 a empresa deve contar com profissional técnico especializado para esse fim.

6.1.7.Responsável técnico da Empresa, sendo ele:

6.1.7.1. Geólogo devidamente registrado no Conselho de Classe Competente, de acordo com as exigências da lei nº 2.914/2011.

6.1.7.2. Engenheiro Mecânico devidamente registrado no Conselho de Classe Competente, de acordo com as exigências da lei nº 2.914/2011.

O profissional deverá apresentar comprovante de vínculo com a licitante.

6.1.8.Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, conforme modelo a constar como anexo do edital a ser elaborado.

6.1.9. Obrigar-se-á o licitante a realizar vistoria prévia, através de representante identificado, ao local dos serviços, em dias e horários a serem estabelecidos no Termo de Referência, até o segundo dia útil anterior à abertura da licitação, agendando-a previamente com a Superintendência de Infraestrutura da UFPE, por meio de contatos (e-mail e telefone institucional) a serem indicados no Termo de Referência.

6.1.10. A exigência da vistoria decorre da especificidade dos poços da universidade, tendo em vista que seu desconhecimento pode acarretar num mau dimensionamento das propostas de preços pelos licitantes.

6.1.11. Em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União exaradas no Acórdão nº 110/2012-Plenário[1], recomenda-se evitar agendamento de vistoria para mais de um licitante em horários coincidentes, de modo a coibir quaisquer tramas de conluio favorecidas por negligência ou desídia administrativas. Desse modo, a abertura do certame licitatório deve ocorrer em prazo suficiente, após a publicação, de modo a atender, simultaneamente, o prazo máximo estabelecido para a vistoria e as recomendações do TCU.

6.1.12. Não deve ser permitida a participação de:

6.1.12.1. Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

6.1.12.2. Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, e com a UFPE, com fundamento no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, que ainda não tenham logrado reabilitação;

6.1.12.3. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso V do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993;

6.1.12.4. Empresa que não tenha sede no País;

6.1.12.5. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

6.2. O serviço é caracterizado como de natureza continuada, pois há a necessidade do atendimento de forma contínua, visando evitar um abastecimento de água inadequada ao consumo humano ou até uma paralização do abastecimento pela falta de manutenção das bombas.

6.3. Os critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como obrigação da contratada são os estipulados no item 2, v, deste Instrumento.

6.3.1. O objeto da licitação pretendida já traz consigo características de sustentabilidade, por visar manter a universidade abastecida de água de qualidade, demonstrando a preocupação na limpeza dos poços e manutenção de suas bombas de forma periódica.

---

[1] [...]

31. Com relação à exigência de que os competidores devem realizar visita técnica ao local da obra, em dia e hora único, definido no edital, foi demonstrado que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de repudiar tal medida, por configurar restrição indevida à competitividade do certame e por favorecer o prévio acerto entre os pretendentes. Neste caso, a falta é suficiente para macular a licitação e ensejar proposta para a anulação do processo licitatório, sem prejuízo de dar ciência ao omissis que a inserção no edital de licitação de exigência para a realização de vistoria técnica em um único dia e horário, constitui-se em restrição à competitividade e ofensa ao disposto no art. 3º, caput, e § 1º, inciso II, da Lei 8.666/1993, além de favorecer ajustes entre os potenciais competidores.

[...]

6.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir do recebimento da ordem de serviço. O prazo de vigência pode ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, mediante assinatura do Termo Aditivo.

6.5. Em virtude das características comuns do objeto a ser licitado, não será necessária a transição contratual com transferência de conhecimento especializado;

6.6. Recomenda-se, porém, que haja previsão de obrigatoriedade de vistoria no edital, para que o licitante possa verificar a realidade no local e realizar sua proposta com maior assertividade e segurança possível.

## **7. Levantamento de Mercado**

7.1. Nas reuniões da Equipe de Planejamento se tratou do tema levantamento de mercado. Observou-se que no mercado ofertante dos serviços de Manutenção preventiva de poços tubulares, predominam dois principais tipos de soluções, conforme segue detalhamentos:

### 7.1.1 Solução 1: Manutenção Preventiva de Poços Tubulares ( Pregão 169/2014 – UFPE)

Descrição: Este tipo de aquisição engloba os serviços de manutenção dos poços, das bombas e testes de bombeamento escalonado e contínuo de forma periódica para a garantia da manutenção do nível e vazão dos poços para a oferta continuada para a unidade diretamente afetada, por causa disso, tem fácil adequação a utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.

Nesse primeiro tipo de serviço, temos:

Por manutenção preventiva, caracterizamos os itens abaixo:

Item 1: Serviços de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos 06(seis) Poços tubulares do campus Recife da UFPE

Segue abaixo a caracterização do item 01:

- Colocação de tubulação de diâmetro de ½ polegada e difusor até o fundo do poço, para injetar ar comprimido;
- Colocação de tubulação de diâmetro de ½ polegada para admissão de água para limpeza do poço (sistema air fit); - Fornecimento e colocação de hexametáfosfato no poço com função dispersante para limpeza de argilas e desobstrução dos filtros;
- Homogeneização com circulação de solução de hexametáfosfato (bombeamento e introdução do próprio poço) - Bombeamento com compressor de ar, com duração mínima de 12 horas e até que a água bombeada apresente-se livre de areia ou turbidez;
- Colocação de solução de hipoclorito de sódio para esterilização do poço;
- Recolocação da bomba submersa, após manutenção da tubulação adutora, dos cabos elétricos e eletrodos de nível;
- Bombeamento com a bomba submersa para eliminação de solução de hipoclorito de sódio e verificação dos parâmetros hidrodinâmicos do poço (Vazão, nível estático, nível dinâmico e vazão específica).
- Desmobilização das instalações preparadas para a execução dos serviços;
- Elaboração de relatório técnico com registro fotográfico de todas as etapas dos trabalhos realizados.
- Controle de consumo diário por poço, com planilha e documentação fotográfica;

- Controle dos parâmetros elétricos do equipamento de bombeio com planilhas bi semanais. -
- Retirada e manutenção das licenças ambientais para todos os poços junto a CPRH e APAC.

## Item 2: Serviço de manutenção de suas bombas submersas

### Especificação dos serviços de manutenção das bombas submersas

- Transporte e montagem dos andaimes e equipamentos para retirada da bomba submersa do poço, como também, de compressor para injeção de ar;
- Retirada da tubulação adutora, cabos elétricos e bombas submersas;
- Limpeza e inspeção da tubulação adutora, conexões, cabos elétricos e eletrodos de nível;
- Manutenção e limpeza das bombas submersas, inclusive com substituição de peças danificadas ou desgastadas.
- Disponibilização nas dependências da ETA de todos os equipamentos para efetuação das manutenções dos poços, tais como: Andaimes, compressores de ar e demais apetrechos;
- Disponibilização de uma bomba submersa reserva para todos os 06 (seis) poços.

## Item 3: Serviços de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos 06 (seis) poços tubulares do campus Recife da UFPE e demais especificações.

Os procedimentos de execução dos testes de bombeamento escalonado e contínuo têm por finalidade medir as características hidrodinâmicas dos poços de acordo com a norma ABNT 12244 como segue abaixo:

### Teste de Bombeamento Escalonado

- Poço paralisado no mínimo 12 horas antes da realização dos testes;
- Utilizar neste teste 04 (quatro) vezes sempre crescente e para cada vazão bombear o poço por 01 (uma) hora fazendo medições e anotações dos níveis da água;
- Medição do nível estático do poço;
- Determinação da melhor vazão para o teste contínuo. Teste de Bombeamento Contínuo;
- Medição do nível estático;
- Duração de 24 (vinte e quatro) horas; -
- Anotação dos níveis de rebaixamento;

-Após o teste de 24 (vinte e quatro) horas fazer a medição da recuperação do nível da água do poço; - Utilizar apenas uma vazão neste teste.

Por manutenção corretiva, caracterizamos os serviços de retirada, análise dos danos, conserto e reinstalação da mesma no respectivo poço. Com isso, a probabilidade de incremento de problemas de danos causados a comunidade da universidade diminui drasticamente. Estando inserida em todos os itens da contratação.

#### 7.1.2 Solução 2: Manutenção Preventiva de Poços Tubulares Profundos; (Tomada de Preço/ 04/2010, Ministério da Saúde – FUNASA)

Descrição: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção em poços tubulares profundos nos sistemas de abastecimento de água nas Aldeias Indígenas do Estado do Paraná, compreendendo a retirada, conserto, recuperação e instalação de conjuntos moto bombas submersas em poços tubulares profundos.

#### 7.1.3 Solução 3: Manutenção Preventiva de Poços Tubulares Profundos; (Pregão Presencial 24/2016 – Prefeitura de Celso Ramos- SC)

Descrição: Contratação de empresa para efetuar a manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças para os poços artesianos do município.

### 7.2 Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes

Ao apreciar as soluções, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1.

A solução escolhida atende às determinações legais, reduz a possibilidade de desperdícios por não adequação ao volume dos reservatórios do Campus Recife.

Ressaltamos que tal opção ponderou outras metodologias de contratações de instituições externas e avaliou-se que o modelo 1 que melhor se adapta a nossa realidade.

Por fim, deve-se registrar que o modelo proposto também se adequa às cobranças atuais dos órgãos de controle, com o quantitativo de serviços prestados, uma vez que o Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

## 8. Descrição da solução como um todo

8.1. A contratação deve incluir os elementos necessários para, de forma integrada, gerar os resultados pretendidos e atender as necessidades da contratação proposta neste Estudo Técnico Preliminar, como já foi exposto no Item 4.

8.2. A solução proposta pretende atender todos os Centros, divisões e unidades administrativas que compõem o Campus Recife da UFPE. Salientando que o prazo de entrega das manutenções solicitadas é de 24 horas de acordo com o estipulado no Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

8.3. Para alcance dos resultados foi concebido, ao longo da elaboração deste Estudo, um Instrumento de Medição de Resultado – IMR, a constar como anexo do Termo de Referência, o qual define indicadores tangíveis e objetivamente observáveis, bem como comprováveis para assegurarmos os níveis de prestação de serviços pretendidos, suficientes para assegurar que os pagamentos reflitam os serviços efetivamente prestados.

8.4. Concomitantemente à elaboração deste Estudo Preliminar, confeccionamos o Mapa de Riscos, que será atualizado em todas as fases relativas ao planejamento desta contratação, de maneira a avaliar e minimizar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão e fiscalização do contrato.

8.5. A futura emissão do Termo de Referência e Edital juntamente com seus respectivos anexos facilitará a visualização por parte dos licitantes interessados, das obrigações implícitas para participação do certame.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. O volume total dos reservatórios foi medido e oferecido pela Gerência de Recursos Hídricos GRH-DGA totalizando uma capacidade de armazenamento de 8.927.177 litros de água ou 8.927,18 m<sup>3</sup> distribuídos em 53 reservatórios no Campus Recife (Reitor Joaquim Amazonas), Faculdade de Direito do Recife, Núcleo de TV e Rádio Universitária.

9.2. Além disso, a capacidade dos reservatórios global serve de base para a estimativa de solicitações de manutenções dos poços que têm capacidade total de oferta de 63,4m<sup>3</sup>/h. Isso se reflete numa oferta anual de 546.776 m<sup>3</sup>/ano para o Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco, o que representa cerca de 85,1% da oferta global de água da UFPE.

9.3. Com o objetivo de basear o quantitativo e características da contratação pretendida, foi feito um levantamento da contratação anterior, que encontra-se em seu último ano de vigência, realizada pela Gerência de Recursos Hídricos da UFPE, conforme detalhamento abaixo:

9.3.1. Contrato nº 143/2014, decorrente do Pregão Eletrônico nº 169/2014 e processo administrativo nº 23076.051058/2013-66, no qual a empresa JC SERVIÇOS INTEGRADOS DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA vem prestando serviços de limpeza e desenvolvimento de poços tubulares incluindo manutenção preventiva de suas bombas submersas e testes de bombeamento escalonado e contínuo no Campus Recife da UFPE, com vigência entre 19 de dezembro de 2014 a 19 de dezembro de 2019.

9.3.2. Os serviços foram contratados para serem realizados de forma preventiva semestral (limpeza de poços e manutenção de bombas submersas) e anual (teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços), tendo o contrato sido executado conforme quadro abaixo:

Serviços de Manutenção estipulados no Contrato nº 143/2014	
Data	Local/Poço
Jan/2015	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jul/2015	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jan/2016	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jul/2016	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jan/2017	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jul/2017	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jan/2018	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jul/2018	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN

Jan/2019	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN
Jul/2019	Manutenção Poço CTG 01, 02, 03, HC CCEN

9.4. O fluxo de manutenções vislumbradas no contrato nº 143/2014 demonstra que o quantitativo de manutenções preventivas se verificou inadequado para a demanda do Campus Recife da UFPE, demonstrando, dessa forma, a necessidade do aumento da periodicidade de manutenções, bem como a previsão de manutenção corretiva, para a garantia dos serviços e do adequado abastecimento de água do Campus Recife da UFPE.

9.5. Considerando a experiência com a contratação anterior, a equipe de planejamento observou a necessidade de inclusão de manutenções corretivas ao longo da execução do contrato, visando evitar paralizações inesperadas do sistema de abastecimento de água da Universidade.

9.6. Apesar de se tratar de quantitativo que se mostra fiel à realidade atual e embora o Tribunal de Contas da União já tenha se posicionado no sentido de que o permissivo contido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, deva ser admitido como exceção e não como regra, por segurança administrativa é oportuno admitir para a atual contratação o que admite a Norma Geral de Licitações e Contratos Administrativos:

Art. 65

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. Destacamos.

9.7. Como se depreende da leitura do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, o texto legal resguarda a Administração, também, nos casos de supressões do quantitativo. Desse modo, em a Administração deliberando pela exclusão, ao longo da execução contratual de item(ns) inicialmente definido(s), fá-lo-á arrimada no disposto legal.

9.7. Para fins de alteração contratual deve ser observado o disposto no anexo X da IN SEGES /MPDG nº 05/2017.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1. O valor estimado é decorrente da média de cotações obtidas com 3 fornecedores, tendo em vista que devido à especificidade do serviço não foi possível identificar preços no painel de preços públicos (Anexo I). Metodologia permitida pela IN 73/2020 da SEGES/ME.

10.2. O valor total estimado para estes serviços é R\$ 510.703,50 (quinhentos e dez mil setecentos e três reais e cinquenta centavos).

## **11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

11.1. A contratação deve ser feita por meio de um grupo composto por quatro itens diversos, visto que, devido às características dos serviços é necessário que sejam executados pelo mesmo prestador, por guardarem relação entre si.

## **12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

12.1. A contratação nº 57/2018 referente a operação e manutenção de tratamento de água da Estação de Tratamento de Água do Campus Recife da UFPE é considerada correlata, pois versa sobre o monitoramento da estação de tratamento de água que recebe recursos provenientes dos poços a serem monitorados e mantidos.

## **13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

13.1. O Plano Estratégico Institucional – PEI da UFPE para o período 2013-2027 apresenta como um dos objetivos estratégicos: promover uma política de sustentabilidade, mediante, dentre outros pontos, “incorporar, sempre que possível, requisitos sócio ambientais na licitação de bens e serviços” e “estimular nos parceiros o comprometimento com a sustentabilidade, de forma que desenvolvam uma atitude cidadã no seu ambiente de trabalho e dia a dia”, o que vai ao encontro das recomendações do Decreto nº 7.746/2012, ao qual alude o item 2, VIII, deste Instrumento.

13.2. O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 da UFPE ratifica o citado objetivo do PEI 2013-2027 quanto à promoção de uma política de sustentabilidade, mediante a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios e a criação de uma cultura de sustentabilidade dentro da instituição.

13.2.1. O PDI prevê como ações a serem promovidas pela Diretoria de Gestão Ambiental – DGA: “Planejar sistemas de captação, tratamento e distribuição de águas” (p. 100).

13.3. O serviço objeto da contratação pretendida consta no item 678 do PAC da UFPE.

## 14. Resultados Pretendidos

14.1. Os resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável obedecem ao seguinte:

14.1.1. Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados, para os três segmentos envolvidos: servidores, discentes e sociedade, mediante:

- i) Melhor execução dos serviços contratados, em decorrência dos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- ii) Otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratual;
- iii) Atendimento aos preceitos legais vigentes;
- iv) Minimizar inadimplemento contratual em decorrência de situações que possam gerar desgastes ou custos para a UFPE e consequente comprometimento da qualidade dos serviços.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1. Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste EP, destaca em relação a cada um dos itens abaixo:

- (i) infraestrutura elétrica: Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente.
- (ii) infraestrutura de ar condicionado: Não se aplica.
- (iii) relação ao espaço físico: Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente.
- (iv) estrutura organizacional: Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente.
- (v) acesso a sistemas de informação: Não se aplica.
- (vi) Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente organizacional: Não se aplica.
- (vii) Impacto ambiental da implantação da solução: A fiscalização do contrato garantirá o cumprimento, pela contratada, dos critérios de sustentabilidade definidos neste EP e que devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.

(viii) Impacto na equipe da área especialista: servidores da SINFRA responderão pelas tarefas de gestão e fiscalização (fiscal e administrativa) contratuais.

(ix) Impacto na equipe da área beneficiária: Não há necessidade de adequações.

(x) Impacto na rotina dos usuários da solução: Haverá orientação para que a execução tenha o menor impacto possível na rotina dos usuários.

(xi) Impacto de mudança de processos de trabalho da organização: Considerando o dimensionamento dos serviços a serem executados, dever-se-á definir em relação aos servidores envolvidos na gestão e fiscalização contratuais, tempo laboral diário para as atividades inerentes à contratação.

#### 15.2. Considerando que:

(i) a execução a contento dos serviços se encontra condicionada ao domínio e boa prática dos procedimentos estabelecidos pelas INs SEGES/MPDG nº 05/2017 e 40/2020;

(ii) os servidores designados para a gestão e fiscalização contratuais devem pertencer ao quadro de técnicos-administrativos da UFPE, a assegurar perenidade no acompanhamento da execução dos serviços contratados, conforme recomenda o subitem 3.10, “b”, do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, deve-se providenciar capacitação para os referidos servidores.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Como o serviço não envolve geração de resíduos que causem possíveis danos ambientais, essa contratação não gera impactos ambientais consideráveis para serem definidos nesse documento.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos constante neste Estudo Técnico Preliminar, demonstrando a existência de soluções e fornecedores no mercado para a prestação dos serviços que atendam as necessidade da Universidade, considera-se viável a contratação pretendida.

## 18. Responsáveis

JOSÉ IRANILDO BARBOSA S. DA SILVA  
Técnico de Laboratório

ANDRÉ FELIPE SOUZA PEREIRA DE BRITO  
Operador de Estação de Tratamento de água/esgoto

DANIELA LIRA TAVARES  
Assistente em Administração

MANOEL HELENO DE CASTRO  
Diretor de Gestão Ambiental

## Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - pesquisa de preços - valor máximo poços.pdf (494.29 KB)

**Anexo I - pesquisa de preços - valor máximo poços.pdf**

**VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO - PESQUISA COM FORNECEDORES**

Item	CATSER	Descrição do objeto	Quantidade	Unidade	JC SIGMA CNPJ 08.574.252/0001-36 Pesquisa em 06.07.20		Construpoços LTDA CNPJ 03.179.746/0001-00 Pesquisa em 03.07.20		Marinho Construções LTDA CNPJ 07.811.641/0001-75 Pesquisa em 08.07.20		Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
					Valor unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total		
1	24570	Serviço de manutenção de suas bombas submersas dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	36	Unidade	R\$ 4.450,00	R\$ 160.200,00	R\$ 5.712,00	R\$ 205.632,00	R\$ 4.400,00	R\$ 158.400,00	R\$ 4.854,00	R\$ 174.744,00
2	24570	Serviço de manutenção dos Registros que compõem a rede do Campus Recife da UFPE	120	Unidade	R\$ 680,00	R\$ 81.600,00	R\$ 710,00	R\$ 85.200,00	R\$ 810,00	R\$ 97.200,00	R\$ 733,33	R\$ 87.999,60
3	24570	Serviços de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	36	Unidade	R\$ 5.600,00	R\$ 201.600,00	R\$ 5.930,00	R\$ 213.480,00	R\$ 6.000,00	R\$ 216.000,00	R\$ 5.843,33	R\$ 210.359,88
4	24570	Serviços de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços tubulares do campus Recife da UFPE.	6	Unidade	R\$ 6.700,00	R\$ 40.200,00	R\$ 4.500,00	R\$ 27.000,00	R\$ 7.600,00	R\$ 45.600,00	R\$ 6.266,67	R\$ 37.600,02
												<b>R\$ 510.703,50</b>

## **ANEXO II**

### **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS**

As manutenções periódicas preventivas e corretivas dos poços tubulares visam manter o efetivo de oferta hídrica condizente e para tal são necessários serviços caracterizados abaixo:

Por manutenção preventiva, caracterizamos os itens abaixo:

**Item 1:** Serviço de manutenção de suas bombas submersas dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.

Especificação dos serviços de manutenção das bombas submersas

- Transporte e montagem dos andaimes e equipamentos para retirada da bomba submersa do poço, como também, de compressor para injeção de ar;
- Retirada da tubulação adutora, cabos elétricos e bombas submersas;
- Limpeza e inspeção da tubulação adutora, conexões, cabos elétricos e eletrodos de nível;
- Manutenção e limpeza das bombas submersas, inclusive com substituição de peças danificadas ou desgastadas.
- Disponibilização nas dependências da ETA de todos os equipamentos para efetuação das manutenções dos poços, tais como: Andaimes, compressores de ar e demais apetrechos;
- Disponibilização de uma bomba submersa reserva para todos os 06 (seis) poços.

**Item 2:** Serviço de manutenção dos Registros que compõem a rede do Campus Recife da UFPE

- Registros de Gaveta com Limpeza a cada 2 meses a troca de reparo com a desmontagem e limpeza interna, incluindo recuperação do disco de vedação da portinhola, pintura com tinta anticorrosiva e pintura de acabamento.

**Item 3:** Serviços de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.

Segue abaixo a caracterização do item 03:

- Colocação de tubulação de diâmetro de ½ polegada e difusor até o fundo do poço, para injetar ar comprimido;
- Colocação de tubulação de diâmetro de ½ polegada para admissão de água para limpeza do poço (sistema air fit); - Fornecimento e colocação de hexametáfosfato no poço com função dispersante para limpeza de argilas e desobstrução dos filtros;
- Homogeneização com circulação de solução de hexametáfosfato (bombeamento e

introdução do próprio poço) - Bombeamento com compressor de ar, com duração mínima de 12 horas e até que a água bombeada apresente-se livre de areia ou turbidez;

- Colocação de solução de hipoclorito de sódio para esterilização do poço;
- Recolocação da bomba submersa, após manutenção da tubulação adutora, dos cabos elétricos e eletrodos de nível;
- Bombeamento com a bomba submersa para eliminação de solução de hipoclorito de sódio e verificação dos parâmetros hidrodinâmicos do poço (Vazão, nível estático, nível dinâmico e vazão específica).
- Desmobilização das instalações preparadas para a execução dos serviços;
- Elaboração de relatório técnico com registro fotográfico de todas as etapas dos trabalhos realizados.
- Controle de consumo diário por poço, com planilha e documentação fotográfica;
- Controle dos parâmetros elétricos do equipamento de bombeio com planilhas bi semanais.
- Retirada e manutenção das licenças ambientais para todos os poços junto a CPRH e APAC.

**Item 4:** Serviços de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços tubulares do campus Recife da UFPE.

Os procedimentos de execução dos testes de bombeamento escalonado e contínuo têm por finalidade medir as características hidrodinâmicas dos poços de acordo com a norma ABNT 12244 como segue abaixo:

#### **Teste de Bombeamento Escalonado**

- Poço paralisado no mínimo 12 horas antes da realização dos testes;
- Utilizar neste teste 04 (quatro) vezes sempre crescente e para cada vazão bombear o poço por 01 (uma) hora fazendo medições e anotações dos níveis da água;
- Medição do nível estático do poço;
- Determinação da melhor vazão para o teste contínuo. Teste de Bombeamento Contínuo;
- Medição do nível estático;
- Duração de 24 (vinte e quatro) horas;
- Anotação dos níveis de rebaixamento;
- Após o teste de 24 (vinte e quatro) horas fazer a medição da recuperação do nível da água do poço;
- Utilizar apenas uma vazão neste teste.

Obs.: Por manutenção corretiva, caracterizamos os serviços de retirada, análise dos danos, conserto e reinstalação da mesma no respectivo poço. Com isso, a probabilidade de incremento de problemas de danos causados a comunidade da universidade diminui drasticamente.

Cada um dos quatro itens da licitação já contempla os serviços de manutenção corretiva que forem necessários ao longo da contratação.

**ANEXO III**  
**Modelo de Ordem de Serviço**

ORDEM DE SERVIÇO Nº \_\_\_\_\_ GRH/DGA/UFPE

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Empresa:.  
Contrato nº :  
Pregão Eletrônico nº  
Nota de Empenho nº

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE, ATRAVÉS DO GESTOR DO CONTRATO Nº \_\_\_\_\_, os Sr. \_\_\_\_\_ VEM AUTORIZAR A EMPRESA \_\_\_\_\_ os seguintes serviços

Item da Licitação o	Serviços	Local	Quantidade	Valor

**Observações:**

Deverão constar obrigatoriamente, no corpo da nota fiscal, nº do contrato, nº da Nota de Empenho e o nº da o.s., dados bancários

Só serão liquidados os serviços e seus quantitativos descritos nesta Ordem de Serviços e que estejam de acordo com o objeto licitado.

Para pagamento, anexar obrigatoriamente, uma cópia desta ordem de serviço e só serão aceitas notas fiscais de serviço.

A nota fiscal deverá ser emitida em favor da:

- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
- End.: Avenida Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária - Recife - PE
- CEP.: 50.670-901 – CNPJ nº.: 24.134.488/0001-08 - INSC. ESTADUAL: ISENTA
- FONE: (081) 2126-8076

- LOCAL DE SERVIÇO: CAMPUS UNIVERSITÁRIO, RECIFE/PE.

GESTOR DO CONTRATO

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Prestador de Serviços

## **ANEXO IV a**

Declaração de pleno conhecimento do Objeto, condições da licitação e peculiaridades.

Atestamos, para fins de habilitação no **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_**, que a Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, representada por (representante legal) tem conhecimento do objeto, das condições da licitação, e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Edital e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizara para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras.

Recife,..... de ..... de 20\_\_.

---

(REPRESENTANTE LEGAL)

**ANEXO IV b**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2020**

**ATESTADO DE VISTORIA**

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

Atestamos, para os devidos fins, que o Sr.(a). .... R.G. ...., CPF ...., indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2020**.

Recife, ..... de ..... de 2020.

**Superintendência de Infraestrutura**  
(assinatura e carimbo do servidor)

**DE ACORDO:**

\_\_\_\_\_  
*Representante da licitante*

*Obs.:*

1. A vistoria técnica requer prévio agendamento pelo telefone 81.2126.8076, e poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela licitante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Superintendência de Infraestrutura.

## **ANEXO V**

### **DESIGNAÇÃO DO (S) RESPONSÁVEL (IS) TÉCNICO (S)**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, designa como responsável (is) técnico (s) pela execução do serviço referente ao Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_.

<b>NOME DO RESPONSÁVEL</b>	<b>TÍTULO PROFISSIONAL</b>	<b>Nº DO REGISTRO NO CREA</b>

(data)

(representante legal)

Concordância do (s) designado (s):

\_\_\_\_\_

**ANEXO VI**  
**Modelo de Proposta**

- 1. Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço comum de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, LIMPEZA E DESENVOLVIMENTO DE POÇOS TUBULARES, MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS E REGISTROS HIDRÁULICOS** para o campus Recife da UFPE (Núcleo de TV e Rádio, Departamento de Extensão Cultural, memorial de Medicina e Centro de Ciências Jurídicas –CCJ, SUDENE, exceto Hospital das Clínicas), incluindo mão de obra, material, Equipamento de Proteção Individual e Coletivo, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços compreendendo os seguintes itens:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade e de Serviço Anual (A)	Material (B) R\$	Mão de obra (C) R\$	BDI (D) %	Valor Unitário E (B+C+D) R\$	Valor Total F (A x E) R\$
01	1	Serviço de manutenção de bombas submersas dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Unidade	36					
	2	Serviço de manutenção dos Registros que compõem a rede do Campus Recife da UFPE	Unidade	120					
	3	Serviços de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Unidade	36					
	4	Serviços de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços tubulares do campus Recife da UFPE.	Unidade	6					

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA** (em algarismo e por extenso, correspondente ao somatório do valor total de cada item): R\$ .....).

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

**4) DECLARAMOS**, para os devidos fins, **QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS**, a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, matérias de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

(Local), ..... de ..... de 20 ..

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, assinatura)

**REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**  
**NOME:**

NACIONALIDADE:  
ESTADO CIVIL:  
FUNÇÃO NA EMPRESA::  
ENDEREÇO RESIDENCIAL:  
CPF (com cópia):  
R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

**DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:  
NOME DO BANCO:  
AGÊNCIA Nº:  
NOME DA AGÊNCIA:  
CONTA CORRENTE Nº:  
PRAÇA DE PAGAMENTO:

# ANEXO VII

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Fica instituído, como parte integrante do contrato celebrado, o instrumento de medição de resultados, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita pelo Fiscal por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

As situações abrangidas pelo presente instrumento se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodológicos de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

A medição dos resultados considerará os seguintes requisitos:

Indicador	Descrição	Finalidade	Meta cumprir	Instrumento de medição	Forma de acompanhamento	Periodicidade	Cálculo	Início	Ajuste no pagamento
1	Tempo de Resposta as solicitações do contratante	Manter as condições satisfatórias do serviço prestado.	Atender em até 24h da solicitação	Constatação Formal das Ocorrências	Presencial pela fiscalização: Fiscal Técnico e Fiscal Setorial	Por evento/solicitação da contratante	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com o tempo de resposta superior a meta.	A partir do início da prestação de cada serviço	Sem atrasos: 0 pontos  Com atraso de até 2 horas: 1 ponto  Com atraso entre mais de 2h e 5 horas: 2 pontos  Com atraso entre mais de 5h até 24 horas: 5 pontos  Com atraso de mais de 24 horas: 10 pontos.
2	Adequação das vazões dos poços aos testes de vazão.	Manter as vazões dos poços conforme estabelecido pela contratante.	Verificar se as vazões dos poços mantêm-se de acordo com o estabelecido.	Constatação das vazões dos hidrômetros de cada poço	Presencial pela fiscalização	Bimestral	Verificação visual da vazão de cada poço via hidrômetro. Nesse sentido, se o somatório de vazões	A partir do início da prestação de cada serviço	100% da vazão total estipulada = 1,99 Pontos 90% da vazão total estipulada= 4,99 Pontos 80% da vazão total

							dos poços atender o especificado em contrato, então o serviço foi concluído de forma eficiente, porém vazões totais percentuais menores resultarão em perda de produtividade e		estipulada = 30 Pontos 60% da vazão total estipulada = 9,99 Pontos 50% da vazão total estipulada = Acima de 10 Pontos
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

## DOS PROCEDIMENTOS

O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.

Verificando a existência de falhas na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos, no prazo indicado.

A notificação quanto a existência de falhas na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

Constatando falhas passíveis de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação ou outro meio formal de comunicação, sendo que as razões para aplicação da dedução ou não, após análise, será de competência do Gestor do Contrato da Contratante, o qual oficiará a contratada, dos valores a serem deduzidos no período.

Caso seja atribuída alguma dedução, A CONTRATADA emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

## AFERIÇÃO DA PONTUAÇÃO

A pontuação destina-se a definir os graus de comprometimento da execução dos serviços. A pontuação média (Pm) é o resultado da média da pontuação dos indicadores obtidos no mês. A Pontuação Média será obtida com a aplicação da fórmula:

$$Pm = \Sigma \text{Indicadores} / 15$$

A pontuação obtida indica o nível de graduação da ocorrência, que poderá ser considerada: aceitável, deduzível e penalizável. Os resultados devem contemplar até duas casas após a virgula, devendo a terceira casa ser desprezada se o seu valor for inferior a cinco e arredondado para o número imediatamente superior, se igual ou superior a cinco.

GRADUAÇÃO		DESCRIÇÃO
GRAU	PONTOS	
Desejável	Até 1,99	Os registros nesta faixa é o desejável para a UFPE. Nesta faixa não haverá qualquer desconto, haja vista a empresa se encontrar executando os serviços dentro dos padrões de qualidade esperada. O atingimento da meta “desejável”, será considerado como fato motivador na análise de prorrogações contratuais futuras. Nesta faixa não haverá qualquer desconto e não acumula com pontos futuros, haja vista a empresa se encontrar executando os serviços dentro dos padrões de qualidade esperada.
Aceitável	De 2,00 a 4,99	Este nível de graduação é aceitável desde que não haja constatação de repetição de enquadramento nesta faixa em número superior a duas vezes consecutivas ou três intercaladas, no exercício. Deve a contratada viabilizar medidas para sanear as ocorrências detectadas. Em caso de repetição do enquadramento nesta faixa anterior nos termos indicado, os pontos acumulam, sendo aplicado o grau correspondente ao somatório dos pontos obtidos.
Tolerável	De 5,00 a 10,00	Neste intervalo, aplica-se o acordo de nível como fator regulador do equilíbrio entre o pagamento e a qualidade da contraprestação dos serviços. Este grau, requer da contratada a adoção de implementar ações urgentes com vista a evitar que as ocorrências apuradas. Será aplicado a parcela dedutível conforme a escala de pontos apurados. Caso os pontos obtidos ultrapassem ao ajustes de 10%, será considerado inexecução parcial do contrato, devendo ser aberto o processo administrativo específico.
Penalizável	Acima de 10	Neste intervalo, será aplicada as penalidades previstas no contrato.

## DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

PONTOS	AJUSTE NO PAGAMENTO
Até 1,99	Paga 100% - Não computado, sem notificação.

De 2,00 a 4,99	Paga 100% - Não computável, com notificação.
De 5,00 a 5,99	Paga 98,33% do valor proposto
De 6,00 a 6,99	Paga 96,66% do valor proposto
De 7,00 a 7,99	Paga 95,00% do valor proposto
De 8,00 a 8,99	Paga 93,33% do valor proposto
De 9,00 a 10,00	Paga 91,66% do valor proposto
Acima de 10,00	Paga 90% do valor proposto, e abertura de processo administrativo disciplinar.

**ANEXO II DO CONTRATO**  
**PROPOSTA DA EMPRESA**

## ANEXO VI Proposta de Preços

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço comum de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, LIMPEZA E DESENVOLVIMENTO DE POÇOS TUBULARES, MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS E REGISTROS HIDRÁULICOS para o campus Recife da UFPE (Núcleo de TV e Rádio, Departamento de Extensão Cultural, memorial de Medicina e Centro de Ciências Jurídicas –CCJ, SUDENE, exceto Hospital das Clínicas), incluindo mão de obra, material, Equipamento de Proteção Individual e Coletivo, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços compreendendo os seguintes itens:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD. SERVIÇO ANUAL (A)	MATERIAL (B) R\$	MÃO DE OBRA (C) R\$	BDI (D) %	R\$ UNITÁRIO C/BDI (E) = (B+C+D) R\$	R\$ TOTAL (F) = (A X E) R\$
01	1	Serviço de manutenção de bombas submersas dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	UNID	36	R\$ 2.402,73	R\$ 2.402,73	21,44%	R\$ 4.805,46	R\$ 172.996,56
	2	Serviço de manutenção dos Registros que compõem a rede do Campus Recife da UFPE	UNID	120	R\$ 362,9983	R\$ 362,9983	21,44%	R\$ 725,9967	R\$ 87.119,6040
	3	Serviços de limpeza e desenvolvimento e manutenção preventiva dos Poços tubulares do campus Recife da UFPE.	UNID	36	R\$ 2.892,4483	R\$ 2.892,4483	21,44%	R\$ 5.784,8967	R\$ 208.256,2812
	4	Serviços de teste de bombeamento escalonado e contínuo dos poços tubulares do campus Recife da UFPE.	UNID	6	R\$ 3.102,0016	R\$ 3.102,0016	21,44%	R\$ 6.204,0033	R\$ 37.224,0198
TOTAL									R\$ 505.596,4650

2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA (em algarismo e por extenso, correspondente ao somatório do valor total de cada item): R\$ 505.596,4650 (Quinhentos e cinco mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos.)

3) VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

4) DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS, a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, matérias de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

a) Nome: Jacinto Alves de Carvalho Neto - b) RG: 1243823 SDS/PE - c) CPF: 187.673.384-53 - d) Endereço: Rua de Casa Forte, 65, APT: 2301, Casa Forte, Recife, PE, cep 52061460 - e) Estado Civil: Casado - f) Profissão: Empresário

6) DADOS BANCÁRIOS: Banco Itaú (341) / Agência: 9325 / C.C: 12.229-0 / Titular: JC SERVIÇOS INTEGRADOS DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E MEIOAMBIENTE LTDA / CNPJ: 08.574.252/0001-36.

Recife/PE 23 de fevereiro de 2021



JACINTO ALVES DE CARVALHO NETO  
CPF: 187.673.384-53  
Diretor JC Sigma



---

*Emitido em 11/05/2021*

**CONTRATO Nº 635/2021 - CGC PROGEST (12.69.11)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 11/05/2021 09:10 )*

**CARLA NERES DE SOUZA**

*COORDENADOR*

*1864848*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**635**, ano: **2021**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **11/05/2021** e o código de verificação: **c6690547e3**